

A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

EUDES DE SOUZA LEÃO PINTO

Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, Recife, Pernambuco.

A Extensão Rural no Brasil teve duas fases distintas de implantação: a primeira promovida por iniciativa do Grupo Norte Americano da prestigiosa Família Rockefeller, liderada pelo político e empresário Nelson Rockefeller e a segunda pelo Governo Brasileiro, em associação com o *Institute of Interamerican Affairs*, em conexão com o *United States Department of Agriculture* (USDA).

De acordo com Coloby & Dennett em livro intitulado “Seja Feita a Vossa Vontade”, editado em 1998, o Grupo Rockefeller, detentor de empresas dedicadas à exploração e comercialização do petróleo, à fabricações de máquinas agrícolas e fertilizantes, bem como à produção de sementes, viu o Brasil e a Venezuela como países providos das melhores condições para a ampliação das atividades de suas firmas, internacionalmente.

Foi admitida a possibilidade de ser adotado na Amazônia, no Nordeste e no Centro–Oeste Brasileiro, o mesmo sistema de exploração agropecuária vigente no oeste norte–americano, contando com poderosas forças políticas e econômicas locais e alienigistas.

Em face do bom acolhimento do Governo Mineiro ao programa elaborado pelo Grupo Rockefeller, foi fundada em 1948, no Estado de Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Rural, destinada a atuar em prol da melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural, que imitaria a *American International Association for Economic and Social Development* – AIA de natureza norte–americana.

WW Rostow era o inspirador do Plano Rockefeller, com a seguinte teoria: A estratégia toda empregada para o sucesso dos empreendimentos a serem realizados

O Autor graduou-se Engenheiro Agrônomo, em 1940, na Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (ESAP). Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de Pernambuco no período de 1951 a 1953. Professor Catedrático de Genética na UFRPE. Vice–Ministro do Ministério da Agricultura. Presidente do INDA. Professor Emérito e “Doutor Honoris Causa” da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Titular da Academia Nacional de Engenharia. Presidente Emérito da Associação Comercial de Pernambuco. Idealizador, criador e Presidente da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica.

no Brasil, iria depender da vontade do governo “anfitrião” de iniciar reformas sociais, especialmente no campo. Era lá que o desenvolvimento econômico poderia ocorrer ao longo de linhas capitalistas básicas.

Essa seria a política favorável às classes menos providas de recursos financeiros da nação.

A classe superior seria incentivada a investir em outros empreendimentos de manufatura e mercado interno, em vez de mandar dinheiro para o exterior, ou investir no tradicional setor de exportação.

Tendo em vista o tipo de negócios vinculados à agricultura que Nelson Rockefeller desenvolvia na América Latina, principalmente no Brasil, duas orientações básicas presidiram a sua ação: colonização e agro-industrialização.

Houve pelo menos quatro iniciativas que ocuparam o pessoal da AIA, no que se refere à colonização e ao desenvolvimento rural no Brasil: o assentamento maciço de nordestinos no Planalto Central, uma proposta de colonização para Jaíba, na região do Rio São Francisco de Minas Gerais, diversificação produtiva da região de Campos, no Estado do Rio de Janeiro e a colonização associada com o Grupo Antunes no Amapá.

Com a redução do apoio dado pelo novo Governo do Presidente Norte Americano John Kennedy ao Grupo Rockefeller, a atuação desse Grupo passou a declinar no Brasil.

Enquanto isso, o Governador de Minas Gerais, Dr. Milton Campos, em 1948, assinou um acordo com a AIA, estabelecendo a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, o qual teve prosseguimento no Governo Estadual do Dr. Juscelino Kubitschek.

Ao assumir a Presidência da República Federativa do Brasil, o Dr. Juscelino Kubitschek passou a dispor de recursos do Programa Norte Americano Ponto IV, sob a direção do Dr. Nelson Rockefeller, alocados entre outros fins, para a criação e manutenção do ETA – Escritório Técnico de Agricultura, o qual firmou inúmeros convênios, para viabilizar a expansão do serviço extensionista no País.

O primeiro encontro de Nelson Rockefeller com o Presidente Juscelino Kubitschek se deu em Sete Lagoas – Minas Gerais, na fazenda do ilustre Presidente da ACAR, João Napoleão de Andrade, seguido de um almoço no Palácio Presidencial em Brasília.

Nesta ocasião, o Presidente Juscelino declarou que desejava fazer para o Brasil o que fizera para o seu Estado de Minas Gerais, propondo a sigla ANCAR para a

instituição a ser nacionalizada.

Advertido que o N da sigla proposta já existia e significava Nordeste, propôs então a de ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.

Assim, estava criado o Sistema Nacional CAR – de Crédito e Assistência Rural.

Em 1969, sem a presença da AIA, que havia encerrado suas operações em 1968, a ABCAR ainda recebia contribuição financeira de programas de cooperação do Governo Norte Americano, através da USAID, para o Acordo do Trigo.

O Governo Jânio Quadros (1960-1962) encerrou essa cooperação, atendendo razões políticas anti-imperialistas.

Se por um lado a Extensão Rural entrou no Brasil, obedecendo a interesses empresariais do Grupo Norte Americano Nelson Rockefeller, através do Estado de Minas Gerais, por outro lado entrou no Brasil por intermédio das Universidades, valorizado pela excelência de seus princípios básicos e sua completa isenção em interesses políticos–financeiros e ideológicos.

Durante a 2ª Grande Guerra Mundial na medida em que o prazo de duração estendia–se, envolvendo Alemanha, Itália e Japão como inimigos dos Estados Unidos da América do Norte e seus aliados, em busca da conquista do mundo, os aliados sofriam as conseqüências das lutas em várias frentes da Europa, Ásia e África.

A dispersão de áreas representava o maior óbice enfrentado pelas Forças Armadas, cujo recrutamento de jovens atingia todas as classes, em todo território norte–americano.

Na medida em que as unidades da Marinha, Exército e Aeronáutica daquele país aumentavam seus efetivos continuamente, ocorria o despovoamento das zonas rurais, responsáveis pela alimentação do bravo povo que estava socorrendo os franceses, ingleses e demais povos de nacionalidades democráticas.

Com isso, diminuía a mão de obra para trabalhos agropecuários e, em conseqüência, a produção de alimentos de origem vegetal e animal.

Por temerem que a crise alimentícia abalasse o moral do povo americano no suporte da guerra, o governo daquele país resolveu criar o *Institute of Inter–American Affairs*, com a finalidade de atrair Engenheiros Agrônomos dos países que tivessem maiores disponibilidades de áreas para ampliações de atividades agropecuárias, dispostos a aumentarem suas produções, com margem de exportações dos excedentes aos seus consumos internos.

O aludido Instituto passou a oferecer bolsas de estudos a professores de Universidades Brasileiras, formados em Engenharia Agrônômica, eleitos pelas

suas congregações e dispostos a permanecerem por um ano completo nos Estados Unidos da América do Norte, sob a orientação do *Institute of Inter-American Affairs*, em associação com USDA.

Formou-se então a delegação brasileira, constituída dos seguintes professores:

- Engenheiro Agrônomo Professor Dr. José Hugo Bastos, da Universidade Federal do Ceará;
- Engenheiros Agrônomo Professor Dr. Joaquim Moreira, da Universidade Federal da Paraíba;
- Engenheiro Agrônomo Professor Dr. Eudes de Souza Leão Pinto, da Universidade Rural de Pernambuco;
- Engenheiro Agrônomo Professor Dr. Otávio Domingues, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
- Engenheiro Agrônomo Professor Dr. Domingos Pelegrino, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, São Paulo;
- Engenheiro Agrônomo Professor Dr. Euclides Martins, da Universidade de Viçosa – Minas Gerais;
- Engenheiro Agrônomo Professor Dr. Benjamin Gastal, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ao chegar a Wahington, D.C., o grupo foi recebido pelo ilustre Diretor do *Institute of Inter-American Affairs*, Dr. P. Hooker, que passou toda a orientação emanada daquele recém-criado órgão público norte americano.

O objetivo fundamental da missão brasileira era procurar apreender ao máximo toda a organização estrutural e de operação de trabalho do poderoso sistema “*Land Grant College*”, responsável pela perfeita integração do Ensino, Pesquisa e Extensão, com ênfase na influência decisiva exercida pela Extensão no bem estar rural, responsável pelo aumento da produção de qualidade e a baixo custo.

Para iniciar a programação, foi apresentado pelo USDA um programa de trabalho, com duração de dois meses, pelo qual o grupo tomou conhecimento de toda a organização federal e o seu relacionamento com os Estados, objetivando a obtenção dos mais racionais e proveitosos resultados agropecuários, industriais, comerciais e de defesa do meio ambiente.

Também foi mostrado o quanto influía a Extensão Rural na administração pública em geral, em decorrência da formação de uma consciência de responsabilidade levada aos rurícolas, para assegurar os verdadeiros sentimentos de cidadania e civilidade.

Admite-se que a Extensão Rural é responsável por 65% da prosperidade norte-

americana.

Coube a cada um dos professores brasileiros escolherem os Estados que desejavam visitar, a fim de tirarem proveito tanto dos conhecimentos acerca de suas organizações extensionistas, como também de suas atividades econômicas e sociais.

Na condição de participante, preferi conhecer os Estados do Sul, Centro–Oeste e alguns do Norte e Leste. Assim é que em um ano conheci 24 Estados, em detalhes agronômicos.

Em todos freqüentei as suas principais Universidades, mantendo contatos com os notáveis professores, suas bibliotecas, campos e laboratórios, onde se faziam pesquisas e comprovações de resultados.

Aprofundei–me sempre em assuntos de genética, minha Cadeira de Professor Catedrático.

Em cada Estado visitado como: Alabama, Arizona, Califórnia, Conecticute, Florida, Geórgia, Havaí, Illinois, Kentucky, Louisiana, Massachusetts, Michigan, Minnesota, Nova Hampshire, Nova Iorque, Ohio, Oregon, Porto Rico, Tennessee, Texas, Vermont, Virginia, Washington e Wyoming, procurei conhecer os seus maiores empreendimentos e os seus museus, a fim de formar o juízo certo acerca da cultura de seus habitantes, em estreita correlação com a natureza geográfica.

Ao término das minhas visitas aos Estados, voltei juntamente com os outros colegas brasileiros ao USDA, para que, assistidos pelos maiores cientistas e técnicos do Governo Norte Americano, passássemos a exprimir as nossas impressões acerca do que tínhamos visto e do que poderia ser absorvido pelos nossos Estados do Brasil.

Foram reuniões memoráveis, em que ciência e técnica agronômica tiveram os maiores destaques.

Entre os grandes empreendimentos norte–americanos merecem uma perene lembrança:

1 – Instituições e campos canavieiros do Estado de Louisiana, algodoeiros do Texas, laranjais da Florida, trigais de Illinois, e amendoins do Alabama, marcaram fortemente a minha convivência com a agricultura norte–americana, assim como a excelência da qualidade dos rebanhos bovinos e da representatividade dos equínos, asininos, ovínos, caprinos, suínos e aves.

2 – Instituições e monumentos históricos como: Estátua da Liberdade, Estátua de Lincoln, Golden Dam, Cachoeira Niágara Falls, Implantação do Desenvolvimento do Tennessee Valey, instalações de Cabo Canaveral, Arlington Cemetery e Edifício

do Congresso.

3 – Universidades da California (Berkeley), Yale, Georgia, Alabama, New York, Maryland, Ohio, Texas, Illinois, Kentucky, Louisiana e Harvard.

Rressaltao que em cada Universidade que visitei constatei uma atenção especial dos Reitores e Dirigentes dos Departamentos pela área de Extensão Rural.

Decorrido exatamente um ano de permanência nos Estados Unidos da América do Norte, voltei em junho de 1945 à então Universidade Rural de Pernambuco, devidamente preparado para fazer o Estado de Pernambuco assumir uma autentica liderança em Extensão Rural no Brasil.

O mesmo aconteceu com os outros professores brasileiros.

Entre as fortes impressões que havíamos tido das delegações estrangeiras sobressaia-se a da China, com seiscentos professores, ávidos de conhecimentos agrônômicos.

O comentário geral dos beneficiados com a magnífica oportunidade concedida pelo Governo Norte-Americano para que viéssemos a empregar em nossos países o cientificismo e a tecnologia mais avançados do mundo, era que em matéria de extensão rural, não poderia haver negligencia sob nenhuma hipótese.

Daí a razão do exagero da representação chinesa em número, cujo resultado pode-se julgar pelo fenomenal desenvolvimento econômico do país, após tão alvissareira subida do nível de conhecimentos adquiridos na nação anfitriã.

No Brasil, foram poucas Universidades que se limitaram ao reduzidíssimo número de professores em busca da conquista dos maiores prêmios de conhecimentos em Extensão Rural, que exerceram a difusão dos aludidos conhecimentos, passando-os às repartições estaduais e municipais, em primeiras mãos, ou através do Sistema ABCAR, onde já existia.

Em Pernambuco ficou decidido pela Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, com a anuência da Universidade Rural de Pernambuco, que haveria a transmissão de conhecimentos para os Engenheiros Agrônomos e Médicos Veterinários do Estado, em reuniões mensais, de três dias cada, com a presença de todos aqueles funcionários da capital e do interior.

Dei início ao trabalho com grande entusiasmo e melhor aproveitamento, até quando houve uma interferência política, naturalmente condenada por mim, na primeira ocasião de critica ao Sistema Estadual.

O interventor Federal, General Demerval Peixoto, ao saber de nosso franco pronunciamento contrário a nomeação de um protegido político, totalmente

despreparado, para a coordenação dos serviços de Extensão Rural, determinou ao Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, ilustre e íntegro Professor da Universidade Rural de Pernambuco Dr. João de Deus de Oliveira Dias, que fossem suspensas as reuniões mensais, tratando dos assuntos de Extensão Rural.

Com grande pesar, assisti as decepções dos colegas que aspiravam ver Pernambuco assumir a liderança da Extensão Rural no Brasil.

A semente, porém, estava lançada no solo fértil do idealismo pernambucano.

Ao assumir a Diretoria da Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de Pernambuco, no Governo do Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, em 25/02/1948, procurei aplicar as normas e os estímulos extensionistas, logrando os melhores sucessos.

Criamos a mentalidade extensionista, provedora dos recursos operacionais mais eficientes possíveis.

Do ilustre Secretário de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. José Antonio de Barros Barreto e do eminente Governador Barbosa Lima Sobrinho ouvi manifestações de entusiasmo pelo êxito na assistência aos rurícolas pernambucanos proporcionada pelo Serviço de Extensão Rural.

Ao ser nomeado Secretário de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio de Pernambuco, comuniquei-me com os bravos colegas participantes de nosso treinamento nos Estados Unidos da América do Norte, propondo uma ação conjunta, capaz de tornar a ABCAR a legítima e insuperável promotora do Progresso Agropecuário do Brasil e da prosperidade dos rurícolas de todas as classes e portes.

Procurei a direção da ACAR, de Minas Gerais, a fim de trazê-la para Pernambuco, em toda a pujança de seus crescimentos e rendimentos operacionais.

Encontrei todo o apoio do Dr. João Napoleão de Andrade e posteriormente do Dr. José Irineu Cabral, passando a promover o perfeito entendimento funcional entre os extensionistas pernambucanos e mineiros, estes contando com a valiosíssima participação dos insígnis colegas Engenheiros Agrônomos, Professores, Drs, Euclides Martins e Joaquim Moreira, com todo o poder de conhecimentos norte-americanos, conosco adquiridos de junho de 1944 a junho de 1945.

Na medida em que a disseminação de conhecimentos extensionistas ampliou-se no território nacional, o crescimento do potencial de produção rural, bem remunerativo, também cresceu, colocando o Brasil como Nação da maior expressividade em suprimento de alimentos e matérias primas básicas, para a mais extensa lista de produtos industriais.

Hoje, ao examinarem-se as perspectivas de modernização dos meios de produção do ambiente rural brasileiro, tem-se de convir que as pilastras mestras de sustentação das estruturas econômicas–financeiras, coadjuvantes do bem estar social são: as Universidades e Escolas Profissionalizantes, os sistemas similares aos *Land Grant Colleges* Norte Americanos, traduzidos em integração do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, as Ações Integracionistas da Extensão Rural com Órgãos de Governo Federais, Estaduais e Municipais, a Receptividades dos Empresários e Trabalhadores Nacionais, para com as teses construtivas e integracionistas da Extensão Rural.

É essencial que os conhecimentos extensionistas incluam:

a) Educação Extensionista – Curso para Professores Universitários, visando habilitá-los a transmitir aos alunos, de forma mais prática e objetiva possível, os conhecimentos providos pela pesquisa e pela experimentação científica e tecnológica, para melhor e mais eficiente utilização no campo da produção.

b) Métodos Extensionistas – Curso para Professores Universitários com a finalidade de habilitá-los a ensinar os melhores métodos de utilização dos conhecimentos científicos no campo efetivo da produção agro–industrial–comercial e dos serviços em geral.

c) Incentivos ao Relacionamento Interclassista – Curso para Professores Universitários com a finalidade de habilitá-los a promoverem o melhor relacionamento entre empresários, executivos, mestre de fabricação, capatazes, operários e trabalhadores rurais, objetivando assegurar a maior produtividade do homem, com prevenção dos antagonismos sociais e acidentes de trabalho.

d) Treinamento com Adoção de Método de Trabalho – Curso para Professores Universitários visando habilitá-los a propiciar os mais eficientes métodos de treinamento para o trabalho racional e revestido das características de alta produtividade, com segurança para os seus executores.

Hoje a Extensão Rural no Brasil sofreu muitos desvirtuamentos, tanto em relação aos conceitos e princípios, quanto às organizações científicas técnicas e administrativas.

Em Pernambuco, após o desmantelamento da ANCAR – PE surgiu a EMATER, já diferenciada da entidade extensionista original e logo depois a Cisagro de efêmera existência.

A Pesquisa e a Extensão foram unidas em um único órgão governamental, subordinado à Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária, o antigo IPA, até que criaram a ADAGRO – como órgão de defesa agrícola e animal, com a continuada

extinção da Extensão Rural.

Pelo exposto conclui-se que um dos principais fatos que fez o Estado de Pernambuco abortar seu desenvolvimento econômico foi a extinção da organização e das práticas de Extensão Rural, que veio em detrimento de seu prestígio nacional, fato que não ocorreu em outros Estados do Brasil e em outras Nações do Mundo.